



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ANA GABRIELE CORREIA MARTINS

**GEINCLUIR: UMA JANELA PARA O DEBATE SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO
SUPERIOR**

FORTALEZA

2025

ANA GABRIELE CORREIA MARTINS

GEINCLUIR: UMA JANELA PARA O DEBATE SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO
SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Ciências
Biológicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para à obtenção do grau
de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Erika Freitas Mota
Coorientadora: Profa. Ma. Maraysa Cristina
Ribeiro Albuquerque

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M341g Martins, Ana Gabriele Correia.
 GEIncluir : uma janela para o debate sobre inclusão no ensino superior / Ana Gabriele Correia Martins.
 – 2025.
 39 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências,
Curso de Ciências Biológicas, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Erika Freitas Mota.

Coorientação: Profa. Ma. Maraysa Cristina Ribeiro Albuquerque.

1. Formação inicial de professores. 2. Grupos de estudo. 3. Inclusão. I. Título.

CDD 570

ANA GABRIELE CORREIA MARTINS

GEINCLUIR: UMA JANELA PARA O DEBATE SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO
SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Ciências
Biológicas do Centro de Ciências da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para à obtenção do grau de Licenciado
em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Erika Freitas Mota
Coorientadora: Profa. Ma. Maraysa Cristina
Ribeiro Albuquerque

Aprovada em: xx/xx/xxxx.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Erika Freitas Mota (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Ma. Maraysa Cristina Ribeiro Albuquerque (Coorientadora)
Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC)

Profa. Ma. Tatyane Pereira de Souza
Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC)

Prof. Me. Paulo Ricardo Santos de Sousa
Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC)

A todos que acreditam ser possível fazer a
diferença.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me guiado até aqui.

Aos meus pais Aparecida e Geraldo, minha irmã Alice e meu namorado Levi, por todo apoio e suporte às minhas escolhas.

A minha prima de sangue e irmã do coração Clarinha, que me acompanhou nessa trajetória compartilhando experiências e ensinamentos.

Ao meu tio Keke e tia Nena, por me proporcionarem uma educação de qualidade.

À minha avó Núbia e tia Katinha por todas as preces e orações que me protegeram e me guiaram até aqui.

A todos os meus familiares e em memória daqueles que já se foram, mas sempre estiveram ao meu lado e acreditaram em mim.

A todos os meus colegas de curso, que compartilharam essa jornada comigo e tornaram tudo mais leve, especialmente Katinha, Lari, Vini, Juanzito e Beto.

À Angélica Freitas, Marinetti Sousa e Lucas Araújo por todo carinho e acolhimento no GEIncluir em 2021 e pelo incentivo a continuar.

A todos os colegas que já trabalharam comigo na organização dos encontros e atividades do GEIncluir, em especial: Letícia Kida, Marcus Levy, Lucas Farias, Fátima Isabel, Juan Pablo, Vinícius Torres, Roberto Wagner, Maria Clara, Vitória, Marília Maria, João Victor e Thales.

Ao professor, coordenador e amigo, José Roberto Feitosa, pela orientação nas atividades, contribuição nos encontros do grupo e parceria durante o curso.

À professora Erika Freitas Mota pela orientação, acompanhamento e apoio neste trabalho.

À Maraysa Albuquerque e Luciana Cordeiro pela co-orientação, revisão, correção e intervenções para o aprimoramento da minha escrita.

RESUMO

No contexto educacional brasileiro, ainda não alcançamos a Educação Inclusiva, como modelo prático, porque há uma base engessada e cheia de falhas que impossibilitam a participação e socialização de todos os alunos em um ambiente flexível e adequado. A falta de debate sobre o tema, principalmente no Ensino Superior, durante a formação inicial de professores, contribui para a manutenção de uma visão superficial sobre a inclusão, impedindo mudanças físicas nas instituições de ensino e mudanças atitudinais por parte dos envolvidos na área da educação. Com o presente trabalho busco contextualizar, brevemente, os marcos históricos da Educação brasileira, até o atual momento – 2025, e relatar a importância que Grupos de Estudo (GEs) como o GEIncluir – Grupo de Estudos em Inclusão da Universidade Federal do Ceará, têm na formação inicial de professores. Além disso, trago como objetivos específicos: ressaltar a importância que a atuação desse grupo teve na formação inicial de professores; identificar as principais problemáticas enfrentadas pelo GEIncluir; relatar as contribuições do grupo na minha formação docente. Para isso, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza básica e descritiva e redigido um relato de experiência sobre as minhas vivências no GEIncluir. De abril a dezembro de 2025 coordenei e acompanhei os encontros do grupo com um caderno de observação em mãos e dentre os aspectos que observei, estavam: a frequência total dos participantes, os desafios enfrentados para a realização das atividades planejadas e a devolutiva do grupo sobre os temas abordados. Com isso, espero que essa pesquisa sirva de incentivo à criação e consolidação de outros grupos de estudo de mesma temática, para aprimoramento da prática docente inclusiva e aprofundamento dos estudos nessa área.

Palavras-chave: Inclusão; Grupos de Estudo; Formação inicial de professores.

ABSTRACT

In the Brazilian educational context, Inclusive Education has not yet been achieved as a practical model, as there is a rigid and flawed foundation that hinders the participation and socialization of all students in a flexible and appropriate environment. The lack of debate on this topic—especially in Higher Education during initial teacher education—contributes to the maintenance of a superficial view of inclusion, preventing both physical changes in educational institutions and attitudinal changes among those involved in the field of education. In this study, I aim to briefly contextualize the historical milestones of Brazilian Education up to the present moment (2025) and to report the importance that Study Groups (SGs), such as GEIncluir – the Inclusion Study Group of the Federal University of Ceará, have in initial teacher education. In addition, the specific objectives are: to highlight the importance of this group's activities in initial teacher education; to identify the main challenges faced by GEIncluir; and to report the group's contributions to my own teaching education. To this end, a qualitative, basic, and descriptive study was conducted, along with the writing of an experience report based on my involvement in GEIncluir. From April to December 2025, I coordinated and monitored the group's meetings using an observation notebook. Among the aspects observed were: the participants' overall attendance, the challenges faced in carrying out the planned activities, and the group's feedback on the topics discussed. With this, I hope that this research may serve as an incentive for the creation and consolidation of other study groups with the same focus, contributing to the improvement of inclusive teaching practices and the deepening of studies in this field.

Keywords: Inclusion; Study Groups; Initial teacher training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Registro fotográfico da sala de reunião do LADEB.....	21
Figura 2 -	Registro fotográfico da utilização de lousa branca e pincéis no LADEB...	21
Figura 3 -	Calendário GEIncluir referentes às atividades desenvolvidas em abril a maio	23
Figura 4 -	Calendário GEIncluir referente às atividades desenvolvidas em junho.....	24
Figura 5 -	Calendário GEIncluir referente às atividades desenvolvidas em julho e agosto	24
Figura 6 -	Recorte do calendário GEIncluir, referente ao mês de setembro	25
Figura 7 -	Calendário GEIncluir, com as atividades desenvolvidas de outubro a dezembro	25
Figura 8 -	Captura de tela do perfil do GEIncluir na rede social Instagram	27
Figura 9 -	Captura de tela do grupo geral do GEIncluir no aplicativo de troca de mensagens Whatsapp	28
Figura 10 -	Captura de tela do perfil do GEIncluir na rede social Instagram (ações de abril-dezembro/ 2025)	29
Figura 11 -	Registro fotográfico da roda de conversa sobre práticas inclusivas direcionada para os voluntários do PEAM (julho/ 2025).....	31
Figura 12 -	Registro fotográfico da apresentação de referências para a produção de materiais didáticos, durante a parte teórica da Oficina de Materiais Didáticos (agosto/ 2025).....	32
Figura 13 -	Registro fotográfico da confecção e resultado de um dos materiais produzidos durante a Oficina - Baleia.....	33
Figura 14 -	Registro fotográfico da confecção e resultado de um dos materiais produzidos durante a Oficina - Dentes.....	33
Figura 15 -	Registro fotográfico em que estou a frente de um encontro sobre Educação Antirracista, como palestrante.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira da Educação
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CB	Ciências Biológicas
GE(s)	Grupo(s) de Estudo
GEIncluir	Grupo de Estudo em Inclusão
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
IPEC	Instrumentalização para o Estudo/Ensino de Ciências
LADEB	Laboratório Didático de Ensino de Biologia
LEBIO	Laboratório de Pesquisa em Ensino de Biologia
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NARC	Association for Retarded Children
PCD(s)	Pessoa(s) Com Deficiência
PEAM-UFC	Programa de Educação Ambiental Marinha da UFC
PEI	Planejamento Educacional Individualizado
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Breve histórico da Educação no Brasil (1500-1994)	13
2.1.1 O atendimento especializado à pessoa com deficiência	14
2.1.2 A proposta de uma Educação para Todos	15
2.2 A Educação Inclusiva na Constituição Brasileira	16
2.3 A inclusão segundo Mantoan	17
2.3.1 O que é inclusão?	18
2.3.2 A atuação do professor no contexto inclusivo	18
2.4 A relevância de Grupos de Estudos na formação inicial de professores	19
3. METODOLOGIA	20
4. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDOS EM INCLUSÃO (GEINCLUIR)	20
4.1. O Local de pesquisa	20
4.2. A equipe atuante e o público-alvo	22
4.3. O planejamento das atividades	22
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1 A realização das atividades planejadas	28
5.2 Principais desafios enfrentados pelo GEIncluir	34
5.3 Contribuições do grupo na minha formação inicial docente	36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

“Inclusão” é um tema amplo e complexo. Na história da educação brasileira, só se tem colocado em prática a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, porque ainda há uma base engessada e cheia de falhas que impossibilitam a participação e socialização de todos em um ambiente flexível e adequado. A falta de debate sobre o tema no Ensino Superior, durante a formação inicial de professores, por exemplo, contribui para a manutenção de uma visão superficial sobre a inclusão, o que impede mudanças físicas nas instituições de ensino e mudanças atitudinais por parte dos atuantes na área da educação.

No contexto universitário, o surgimento de Grupos de Estudo (GEs) que debatem sobre educação e práticas pedagógicas nas escolas tem sido um ponto de apoio muito importante para a formação de jovens professores. Na Universidade Federal do Ceará - UFC, no campus do Pici, há um GE voltado para a Inclusão - o GEIncluir, que atua desde 2019, sob coordenação de alunos do curso de Ciências Biológicas e tutoria do professor José Roberto Feitosa. É nesse cenário que me baseio e começo a minha escrita.

A minha entrada no grupo se deu dois anos após a sua criação e a minha atuação foi contínua, durante toda a minha graduação. O GEIncluir foi um espaço de aprendizagem, experiência, crescimento pessoal e acolhida. Nenhuma outra vivência foi tão marcante e enriquecedora como a de fazer parte dessa equipe. É por esse motivo que redijo meu Trabalho de Conclusão de Curso acerca da minha experiência no GEIncluir e da urgência de consolidarmos o debate sobre a inclusão nos espaços públicos, principalmente, nos de ensino.

Diante do contexto apresentado, é válido questionar:

- i) Qual a importância do debate sobre Inclusão durante a formação inicial docente?
- ii) Qual o maior desafio para um grupo como o GEIncluir se consolidar no meio acadêmico?
- iii) Como o GEIncluir atua na formação inicial de professores?

Tendo em vista esses questionamentos, meu objetivo geral é contextualizar, brevemente, os marcos históricos da Educação brasileira, até o atual momento – 2025, e relatar a importância que Grupos de Estudo (GEs) como o GEIncluir, Grupo de Estudos em Inclusão da Universidade Federal do Ceará, têm na formação inicial de professores. Ademais, meus objetivos específicos são:

- i) ressaltar a importância que a atuação do Grupo tem na formação inicial de professores;
- ii) identificar as principais problemáticas enfrentadas pelo GEIncluir;
- iii) relatar as contribuições do grupo na minha formação docente.

Desse modo, na segunda sessão busco contextualizar, brevemente, os marcos

históricos da Educação brasileira, até o atual momento – 2025, e a importância que os GEs têm na formação inicial docente. Em seguida, faço um relato de experiência sobre as minhas vivências no GEIncluir. Para isso, realizei uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza básica e descritiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve histórico da Educação no Brasil (1500-1994)

A história do Brasil é marcada por violência, exploração e disputas de poder. A catequização dos indígenas, em meados de 1500, como forma de domá-los e dominá-los, pelos Jesuítas é o primeiro modelo educacional do qual temos conhecimento. Essa prática perdurou por cerca de 200 anos e durante esse tempo foram fundados vários colégios de formação religiosa, que com a adoção de um plano de estudos que buscava a formação integral do homem cristão, de acordo com a cultura e a fé daquele tempo (Ghiraldelli, 2009).

Em História da Educação Brasileira (2009), Ghiraldelli aponta que as ideias iluministas, em 1700, moldaram os objetivos e a estrutura do ensino. No Brasil Império, o ensino de Filosofia e Retórica se destacou, pois o indivíduo – homem branco da elite, deveria entender seu lugar na sociedade e desenvolver gradualmente a independência do pensamento e discurso. Já durante a Primeira República (1889-1930), tivemos dois grandes movimentos de ideias a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de escolas: o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico” (Ghiraldelli, 2009, p. 32). O primeiro termo remete a um movimento que solicitava a abertura de escolas e o segundo se refere à preocupação com métodos e conteúdos do ensino. A busca por novas metodologias de ensino e a ascensão dos Estados Unidos como potência no período após Primeira Guerra Mundial, deu visibilidade à literatura pedagógica norte-americana, em especial sobre a Escola Nova. Em 1920, cerca de 75% da população em idade escolar era analfabeta, mas o foco do Governo era avançar, alterando a pedagogia, as estruturas físicas das instituições e as formas de avaliação, ainda somente para a classe média alta e elites da sociedade.

Foi somente após a Revolução de Outubro de 1930 e instalação do Governo Provisório, que reformas mais amplas aconteceram no cenário da educação. Com a atuação da Associação Brasileira da Educação (ABE) e a assinatura do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova ou Manifesto de 1932, foi proposta uma “reconstrução educacional do Brasil

– ao povo e ao governo”, tendo em vista a mudança dos meios de produção e economia, o crescimento urbano e mudanças morais da sociedade brasileira.

Toda a educação varia sempre em função de uma “concepção de vida”, reflectindo, em cada época, a philosophia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. É evidente que as differentes camadas e grupos (classes) de uma sociedade dada terão respectivamente opiniões differentes sobre a “concepção do mundo”, que convem fazer adoptar ao educando e sobre o que é necessario considerar como “qualidade socialmente util” [...] “Ora, se a educação está intimamente vinculada á philosophia de cada época, que lhe define o character, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagogico, a educação nova não pôde deixar de ser uma reacção categorica, intencional e systematica contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, p.3).

Apesar dessas mudanças, para que a educação brasileira caminhasse para a inclusão, seria necessário uma vasta reforma política e reposicionamento social, aceitando, por exemplo, a pluralidade e heterogeneidade nas escolas, ou seja, além do aumento no número de escolas, seria preciso trazer a pessoa com deficiência para dentro da sala de aula, fornecendo a ela e aos demais alunos uma nova base curricular em um espaço dinâmico e flexível para o aprendizado.

2.1.1 O atendimento especializado à pessoa com deficiência

O atendimento especializado à pessoa com deficiência existe no Brasil desde o Período Imperial (1822-1889). Contudo, segundo Silveira, Silva e Mafra (2019, p.3) “a educação restringia-se ao atendimento nas áreas médicas, que geralmente aconteciam em instituições religiosas ou filantrópicas, sem qualquer envolvimento do poder público e com intuito único de curar as deficiências e gerar comportamentos normalizados”.

Instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos - atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Imperial Instituto dos Surdo-Mudos - atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foram as primeiras a atuar na educação de pessoas com deficiência física e sensorial; já o Asilo dos Inválidos da Pátria e a Escola México no Rio de Janeiro, atuavam no atendimento a pessoas com deficiência física e intelectual.

Contudo, a atribuição da palavra “deficiência” não era dada apenas às limitações físicas, sensoriais ou intelectuais. Crianças órfãs, em situação de rua ou fora do padrão de normalidade da sociedade, por exemplo, também eram consideradas deficientes (Borges; Barbosa, 2019). Para o amparo e educação dessas crianças, foi fundada em 1932 a Associação Pestalozzi de Minas Gerais, por Helena Antipoff, uma psicóloga e filantropa russa.

O atendimento dessas pessoas na área educacional, só passou a ser bancado pelo Governo Federal, após mobilização popular. Em 1954, o sentimento de indignação, pela falta de políticas públicas de acessibilidade, assistência e educação, vivenciado por um casal norte-americano que veio ao Brasil com uma filha com síndrome de Down, mobilizou a comunidade de pais, familiares e profissionais sem amparo para cuidar dessa e de outras condições, dando origem à primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

[...] No dia 11 de dezembro de 1954, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Dentre seus fundadores, conforme artigo publicado na revista Mensagem da APAE, ano 6, n. 16, estavam os seguintes nomes: Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca, Henry Hoyer, Armando Lameira Filho, Juraci Lameira e Alda Neves da Rocha Maia. Juntamente com outros pais interessados, este grupo teve o apoio, estímulo e orientação do casal norte-americano Beatrice e George Bemis, membros da National Association for Retarded Children (NARC) organização fundada em 1950 nos Estados Unidos. Uma vez criada, a APAE do Rio de Janeiro teve como seu primeiro presidente o Almirante Henry Broadbent Hoyer. Com o apoio do governo Federal, através do Presidente Castelo Branco, foi adquirido um prédio, com boa área de terreno, à Rua Bom Pastor, onde se encontra a sede da APAE (Mazzotta, 1995, p. 49).

Segundo Castro, Ricardo e Castro (2020, p.41), a APAE surgiu a partir da “falta de atendimento especializado e inclusão das Pessoas Com Deficiência (PCDs) na sociedade, diante da ineficiência do Estado em promover políticas públicas nesse sentido”. Ainda segundo os autores,

a função dessa associação seria perpassar o conceito da inclusão, promovendo o desenvolvimento da integração social e a conquista da autonomia da PCD, tais como, o direito à cidadania, o direito à educação, o direito ao treinamento profissional, o direito à arte, ao esporte, à saúde, ao lazer, ao acesso às tecnologias e à comunicação alternativa.

Esses acontecimentos marcam a criação da Educação Especial como opção à escola regular no Brasil, tendo em vista que, nesse período, a proposta da educação inclusiva ainda não contava com espaços de discussão. Nesse contexto, como aponta Campbell (2009), as escolas especiais se tornaram os principais espaços de mobilização em prol da inclusão.

A principal diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva é a base do sistema educacional. Enquanto a primeira surge em um contexto tradicional, buscando suprir carências de metodologias não acessíveis a todos, o segundo surge na urgência de superar essas barreiras e propõe a reformulação geral e radical do sistema.

2.1.2 A proposta de uma Educação para Todos

Em 1994, na cidade de Salamanca, Espanha, foi convocada uma Conferência Mundial sobre Educação Especial, pela Organização das Nações Unidas, com representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais, para discutir os princípios e as políticas de inclusão na educação, além de definir e orientar ações necessárias ao incremento dessa prática. Essa reunião resultou na Declaração de Salamanca, um dos documentos mais importantes na história da educação inclusiva - a proposta de uma Educação para Todos.

O documento passa a ser referenciado na Constituição Brasileira e seus dizeres reforçam a importância da diversidade no ambiente escolar e demais espaços de ensino-aprendizagem. É o início da mudança de posicionamento social à nível internacional e que traz grandes avanços para o cenário educacional brasileiro.

“Inclusão” ganha um significado na sociedade, deixando de ser um possível sinônimo de “integração” e passando a ser algo novo, mas ainda distante da nossa realidade, como país em desenvolvimento, no qual educação, saúde e economia não são iguais para todas as pessoas.

2.2 A Educação Inclusiva na Constituição Brasileira

Em 1961, foi promulgada a primeira lei federal que indicava a necessidade de serviços educacionais “especiais” - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4.024/61 (Júnior; Tosta, 2012 *apud* Santos, 2024, p.2). Nos artigos 88 e 89 da LDBEN de 1961, lia-se:

Art.88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

Nessa época ainda era usado o termo “excepcionais” para se referir às pessoas com deficiência ou necessidades específicas e não mencionava, na lei, quais mudanças o sistema educacional adotaria para incluir essas pessoas nas salas de aula. Apenas nos foi dada uma ideia de integração escolar.

Já no ano de 1971, houve um retrocesso com a Lei Educacional nº5.692/71, que alterou a LDBEN de 1961, ampliando o número de escolas e classes especiais e reforçando o atendimento segregado fora do ambiente escolar (Santos, 2024, p.2). No artigo 9º da mesma lei, tem-se que:

Art. 9. Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação.

Como aponta Santos (2024), em sua pesquisa sobre a política educacional no contexto da inclusão, ambas as leis até agora expostas eram concebidas como “políticas especiais” ao invés de políticas públicas, porque eram dirigidas a uma categoria de pessoas - as pessoas “especiais”, o que resultava em uma educação assistencialista ou terapêutica, condicionada ao diagnóstico.

A Constituição de 1988 foi a primeira a tratar a educação como um direito fundamental de todos; estabelecer como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e designar ao Estado o dever de ofertar atendimento educacional especializado na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Além disso, questões de urgência como redução do analfabetismo, melhoria na qualidade das instituições de ensino, formação humanística de profissionais e universalização do ensino, também foram abordadas no novo documento.

Posteriormente foi adicionada a Constituição, a Lei nº 8.069 de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e reforçando a obrigatoriedade de matrícula; o Decreto nº 6.949 de 2009, promulgando a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007 e a Lei nº 13.146 de 2015 assegurando os direitos fundamentais e de acessibilidade da Pessoa com Deficiência.

2.3 A inclusão segundo Mantoan

Mantoan (2003), em seu livro sobre inclusão escolar, afirma que esse processo implica uma mudança de paradigmas, o que significa uma reformulação, em âmbito escolar dos currículos, das atividades e das avaliações, permitindo a heterogeneidade nas salas e respeitando o tempo de desenvolvimento de cada aluno. A sociedade apresenta muitas barreiras para a inclusão e uma delas é o atual modelo educacional, focado em notas e conteúdos cada vez mais específicos. Esses recortes da realidade que, segundo a autora “permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças” (p.13) seguem uma lógica determinista e reducionista, que se afasta do subjetivo e do criativo.

2.3.1 O que é inclusão?

A inclusão, partindo da nossa realidade social, não inclusiva, mas integracionista, seria questionar as políticas e os modelos educacionais vigentes, em busca da inserção escolar de forma radical e completa de todos os alunos, em uma sala de aula não convencional. Incluir implica a mudança da perspectiva educacional e a busca por flexibilidade e rigorosidade no fazer pedagógico. Mantoan (2003, p. 16) ressalta que:

Na perspectiva inclusiva, supprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar [...]

A mudança do posicionamento social e da estrutura física das instituições de ensino, implica, respectivamente, na superação de “barreiras atitudinais” e “barreiras físicas”. Esses termos, muito utilizados pela autora, servem como base para entender que tipo de mudanças a inclusão requer, para se efetivar na sociedade.

A atuação dos governantes, por exemplo, seria de suma importância, para a elaboração de políticas públicas, oferta de capacitações profissionais ou regulamentações para construção de novos centros educacionais inclusivos. Uma vez que a inclusão é feita de forma radical e basal, os órgãos de poder deveriam estar à frente das reformas educacionais, em comunhão com os agentes e pesquisadores dessa área.

2.3.2 A atuação do professor no contexto inclusivo

A atuação do professor, no contexto da educação inclusiva, também exige um rompimento com a ideia de transmissão unidirecional do conhecimento e preparação instantânea após formação acadêmica, pois é na prática que se aprende. Para Mantoan (2003) a formação de um professor deve ser inicial e continuada, suprimindo modelos de especializações, que são formações pontuais e complementares à formação acadêmica, sendo assim, “a cooperação, autonomia intelectual e social e aprendizagem ativa são condições para o desenvolvimento global de todos os professores, no processo de aprimoramento profissional” (p. 44).

2.4 A relevância de Grupos de Estudos na formação inicial de professores

A Universidade tem como pilares o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, nesse sentido, ela busca ser um espaço de troca de ideias para impulsionar os estudos e as pesquisas. Além da sala de aula tradicional, na qual são repassados os conteúdos, as instituições de Ensino Superior proporcionam espaços de socialização e convivência, como é o caso dos Grupos de Estudos (GEs), geralmente criados por iniciativa dos próprios alunos, com intuito de discutir uma temática de interesse comum.

No âmbito da formação inicial de professores, é necessária uma base que promova o diálogo entre o campo científico, cultural, social, psicopedagógico e individual, para que esse profissional possa aderir a uma postura interativa e dialética, abrindo-se às concepções pluralistas que sejam capazes de ajustar a formação profissional com a necessidade dos alunos, situados em época e contexto específico (Soares; Nascimento; Falcão, 2023).

Rossit *et al.* (2018) afirmam que a oportunidade da convivência e das interações, quando liderada com princípios norteadores e ancorada em conhecimento científico, tem o potencial de se transformar em um espaço para desenvolvimento pessoal e profissional.

De acordo com Cohen e Lotan (2017), o trabalho em grupo é excelente para o aprendizado conceitual, resolução criativa de problemas e desenvolvimento de proficiência em linguagem acadêmica. Tanto na Universidade, como em salas de aula do ensino básico, alunos e professores desenvolvem habilidades sociais e intelectuais ao trabalhar e estudar de forma grupal, melhorando a gestão da sala de aula e tornando-a equitativa. Ainda segundo as pesquisadoras, os alunos que trabalham em grupos, com tarefas que envolvem investigação, coleta de dados e argumentação têm maior chance de aprender a “língua da Ciência”.

Para Soares, Nascimento e Falcão (2023, p.3),

a educação inclusiva ainda se revela como um desafio a ser superado pela educação básica e também pela educação superior, principalmente no campo da formação de professores, demandando, para sua efetivação, investimentos na formação inicial e continuada de docentes que busquem o atendimento da diversidade da escola, em um processo criativo, reflexivo e colaborativo.

Nesse contexto, os GEs são um espaço de acolhimento e reflexão crítica sobre os mais variados temas acadêmicos, principalmente os que se voltam para a sociedade e para a Educação.

3. METODOLOGIA

Minayo, em seu livro “Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade” (2002, p.22), define a pesquisa qualitativa como aquela que trabalha com significados, em relações e processos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta-se como uma pesquisa com abordagem qualitativa de natureza básica - por utilizar outras teses, artigos e textos para sustentar o referencial teórico e tipo descritivo. Para tanto, foram utilizados caderno de observação das reuniões de 2025, registros das reuniões do grupo (redes sociais, planejamentos, atas etc), além de organização, análise e discussão dos dados obtidos.

Desse modo, o procedimento de coleta de dados foi feito por meio da leitura e fichamento de documentos oficiais como livros e artigos acadêmicos, atas dos encontros do grupo, planejamento de atividades, cronogramas, frequência dos encontros, certificados de participação nas atividades, trabalhos publicados pela equipe formadora do GEIncluir, slides de apresentação dos encontros e anotações em um caderno de observação. Parte desses documentos estão disponíveis no Google Drive do GEIncluir, organizados em pastas, cujo link fica acessível para todos os participantes do grupo geral no Whatsapp. O grupo também conta com um perfil no Instagram, em que é possível acessar postagens sobre as temáticas dos encontros e registros fotográficos da equipe e das atividades.

Ademais, a estruturação do texto segue o formato de Relato de Experiência (RE). De acordo com Mussi, Flores e Almeida (2021), o RE é uma modalidade comumente utilizada em trabalhos na área da Educação, por ser um tipo de produção de conhecimento que trata de vivências em um dos três pilares da formação acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), tendo como principal característica a descrição da intervenção.

4. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDOS EM INCLUSÃO (GEINCLUIR)

4.1. O Local de pesquisa

O local reservado para os encontros semanais foi o Laboratório Didático de Ensino de Biologia (LADEB), localizado térreo do Bloco 906 (anexo) do Campus do Pici - UFC, um espaço amplo, com muitas cadeiras e mesas longas, dispostas de forma não convencional, permitindo a formação de rodas de conversa, com disponibilidade de lousa branca, pincéis, apagador e tela para projeção. É possível observar o espaço do laboratório nas

figuras 1 e 2.

Figura 1 - Registro fotográfico da sala de reunião do LADEB.



Fonte: GEIncluir (2023)

Figura 2 - Registro fotográfico da utilização de lousa branca e pincéis no LADEB.



Fonte: GEIncluir (2023)

4.2. A equipe atuante e o público-alvo

O grupo é formado por uma equipe coordenadora, que inclui um professor(a) tutor(a) e alunos do curso de graduação ou pós-graduação, além de um público-alvo, para o qual é direcionada as apresentações e orientações de estudo.

O público-alvo do GEIncluir compreende desde estudantes bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do subprojeto Biologia, com reuniões constantes no processo formativo do programa, até a sociedade em geral, abrangendo uma faixa etária a partir dos 17 anos. Os ouvintes costumam ser estudantes dos cursos de licenciatura, pesquisadores/especialistas da comunidade científica e professores já atuantes na educação básica.

4.3. O planejamento das atividades

No início de cada semestre, a equipe coordenadora do grupo se reúne de modo *on-line* ou presencial para organizar o calendário de atividades, com base no material disponível para estudo e demandas dos demais participantes. As temáticas, ao longo do ano, giram em torno de seis eixos da inclusão: deficiências físicas; deficiências mentais; neurodivergência; gênero e sexualidade; raça e etnia; idade. Os encontros ocorrem semanalmente, com dia fixo, em horário de almoço, com duração de 50 minutos a 1 hora. A metodologia das reuniões costuma ser dialógica e horizontal, no formato de rodas de conversa, promovendo um espaço para troca de ideias e experiências entre os participantes. Há sempre a mediação por um/a dos coordenadores/as do grupo.

No ano de 2025, em março, foi realizada a primeira reunião de planejamento para acompanhamento das atividades referentes ao TCC da pesquisadora, atuante no grupo de estudos. Como de costume, foram separados alguns temas relevantes para discussão e planejamento de atividades, como a elaboração de um Planejamento Educacional Individualizado (PEI), a discussão da questão racial, a realização de uma Oficina de Materiais Didáticos, palestras e capacitações sobre a inclusão no meio educacional, uma conversa sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e uma palestra sobre Psicologia na Educação. É válido ressaltar o recorte das atividades a partir dos eixos de inclusão da pessoa com deficiência física, mental ou neurodivergência. Desde o início, foi esclarecido para a equipe coordenadora e demais membros, que a pesquisadora participaria da elaboração e aplicação

das atividades, contudo, estaria observando e anotando certos aspectos dos encontros, para posterior revisão e reflexão na elaboração do TCC.

Assim, durante a participação nos encontros, foi utilizado um caderno de observação. De abril a dezembro de 2025, foram feitas anotações de alguns aspectos das reuniões de estudo do GEIncluir, além da redação de atas sobre o planejamento e a organização das atividades, para compor a pesquisa. Dentre os aspectos observados, estavam: a frequência total dos participantes, os desafios enfrentados para realização das atividades planejadas e a devolutiva do grupo sobre os temas abordados.

As Figuras 3 a 7 trazem o calendário referente às atividades do ano de 2025 e as reuniões de planejamento e organização dos encontros, com destaque para o eixo de inclusão de PCDs.

Figura 3 - Calendário GEIncluir referentes às atividades desenvolvidas de abril a maio de 2025.

	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
ABRIL	Calendário 2025.1		1	2	3 - Plano Individualizado de Ensino (PEI)	4	5
	6	7 - Reunião de organização	8	9	10 - PEI em prática	11	12
	13	14	15	16	17 - FERIADO	18	19
	20	21	22	23	24 - CineGEI - A voz de Makayla	25	26 - Reunião de organização
	27	28	29	30			
MAIO	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
					1 - FERIADO	2	3
	4	5	6	7	8 - Sucateamento das escolas públicas	9 - Roda de conversa: Educação Antirracista (1/2)	10
	11	12	13	14	15 - Indicadores educacionais	16	17
	18	19	20	21	22 - CineGEI: Tudo sobre amor - bell hooks	23	24
	25	26	27	28	29 - Roda de conversa: Educação Antirracista (2/2)	30	31

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em abril se destacaram dois encontros voltados para o Plano Educacional Individualizado (PEI) e um encontro destinado ao primeiro CineGEI - um momento emocionante e inovador na trajetória do grupo.

Figura 4 - Calendário GEIncluir referente às atividades desenvolvidas em junho de 2025.

	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
JUNHO	1	2	3	4	5 - Palestra PL da Devastação 2159/2021	6	7
	8	9	10	11	12 - Racismo ambiental	13	14
	15	16	17	18	19 - FERIADO	20	21
	22	23	24	25	26 - Conversa sobre a Oficina de Materiais Didáticos	27	28
	29	30					

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em julho foi encerrado o ciclo de encontros sobre questões raciais em que ocorreram palestras e rodas de conversas sobre Educação Antirracista e diferentes formas de racismo, como o ambiental, recreativo e institucional.

Figura 5 - Calendário GEIncluir referente às atividades desenvolvidas em julho e agosto de 2025.

	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
JULHO			1	2	3	4	5
	6	7	8	9	10 - Encontro cancelado	11	12
	13	14 - Reunião de planejamento	15	16	17 - Reunião com PIBID/ temas para a Oficina	18 - Reunião SEMBIO	19
	20	21	22 - Reunião de planejamento	23	24	25 - Capacitação no PEAM: Introdução à Práticas Inclusivas (1/2)	26 - Capacitação no PEAM: Introdução à Práticas Inclusivas (2/2)
	27	28	29 - Post da Oficina e Formulário de inscrição	30	31		
AGOSTO (FÉRIAS)	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
							1
	2	3	4	5	6	7	8 - Reunião de organização
	9	10	11	12	13	14	15
	16	17	18	19	20 - Oficina de Materiais Didáticos (GEI+LEBIO)	21 - Oficina de Materiais Didáticos (GEI+LEBIO)	22 - Oficina de Materiais Didáticos (GEI+LEBIO)
	23	24	25	26	27	28	29
	30	31					

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em julho se destacaram dois encontros fora do cronograma e espaço habitual do GEIncluir. Estes foram destinados ao Programa de Educação Ambiental Marinha (PEAM), e ocorreram no Instituto de Ciências do Mar - LABOMAR/UFC. Já em agosto, foram realizados três dias de Oficina de Materiais Didáticos, em parceria com o Laboratório de Pesquisa em Ensino de Biologia (LEBIO).

Figura 6 - Recorte do calendário GEIncluir, referente ao mês de setembro de 2025

	Elaboração do Calendário 2025.2	
SETEMBRO		
	Recesso GEIncluir	

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em setembro houve o recesso do grupo, sem atividades a serem ministradas, apenas alguns momentos de organização e planejamento do calendário do segundo semestre do ano.

Figura 7 - Calendário GEIncluir, com atividades desenvolvidas de outubro a dezembro de 2025

	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
OUTUBRO				1	2 - Discussão do livro "África e Brasil africano"	3	4
	5	6	7	8 - Reunião de planejamento	9 - Encontro livre para leitura	10	11
	12	13	14	15	16 - Discussão do livro "África e Brasil africano"	17	18
	19	20	21	22	23 - Encontro livre pra leitura	24	25
	26	27	28	29	30 - Discussão do livro "África e Brasil africano"	31	
NOVEMBRO	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
	2	3	4	5	6 - EUs	7	8
	9	10	11	12	13 - Palestra: "Psicologia da Educação"	14	15
	16	17	18	19 - Post Oficina de LIBRAS	20 - Leitura do artigo "O paradoxo da Inclusão"	21	22 - Oficina de LIBRAS
	23	24	25	26	27 - Discussão sobre o artigo da semana passada	28	29
	30						
DEZEMBRO	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
		1	2	3	4 - Confra GEI	5	6
	7	8	9	10	11	12	13

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Por fim, em novembro se destacam uma variedade maior de temas e atividades, com uma palestra sobre "Psicologia da Educação", a leitura e discussão de um texto que aborda os paradoxos da inclusão e uma Oficina de LIBRAS, planejada por um aluno do curso de Ciências Biológicas, em parceria com o GEIncluir.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO¹

Nesta seção, começa o relato de minha caminhada no GEIncluir e reflexões sobre a aprendizagem, os desafios e as superações. Como havia mencionado na introdução, faço parte do grupo desde 2021 e minha atuação foi contínua, durante toda a minha graduação. Conheci o GEIncluir no mesmo ano em que entrei na universidade e aderi a ele por convite de uma monitora de Instrumentalização Para o Estudo de Ciências 1 (IPEC1) - Angélica Macedo de Freitas. Na época, o grupo estava atuando de forma remota e os encontros eram via *Google Meet*. Angélica coordenava o grupo com mais dois amigos - Marinetty de Jesus Sousa e Antônio Lucas Araújo de Abreu, todos concluindo a graduação em CB.

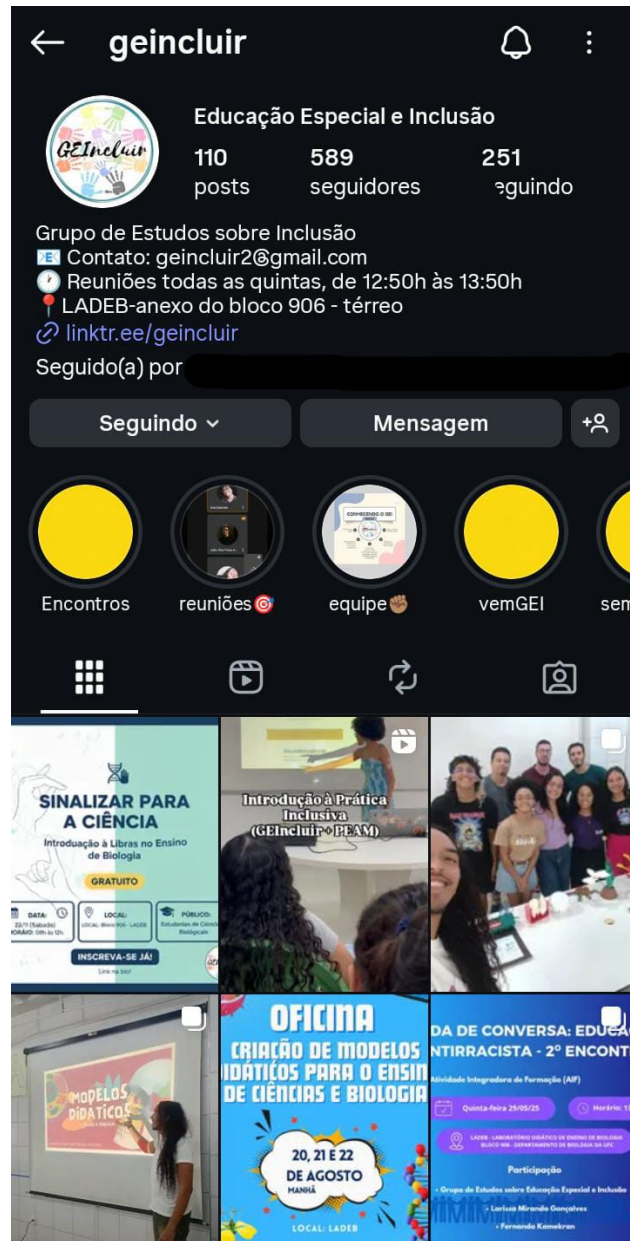
O GEIncluir nasceu da inquietação de Angélica e seus amigos com a falta de acessibilidade do campus para pessoas com deficiência visual. Na época, havia uma aluna com cegueira total e outra com baixa visão matriculadas no curso de CB, ambas tinham dificuldade em acompanhar as disciplinas e se locomover pela universidade. Em contato com elas, Angélica, Marinetty e Lucas, procuraram amparo na coordenação do curso e na secretaria de acessibilidade da UFC. Indignados com as limitações da Instituição e do ensino, eles decidiram abrir um espaço para discussão dessas questões, incentivando, assim, o posicionamento de outros colegas e convidando-os a estudar novas estratégias de ensino que superassem esses obstáculos.

Nesse cenário, todos os novos participantes eram convidados a fazer parte da coordenação, ministrando encontros e guiando estudos. Dentro de seis meses eu já era considerada coordenadora-presidente do GEIncluir, por reconhecimento dos meus colegas. A partir desse período, o grupo ficou sob tutoria do professor José Roberto Feitosa e passou a ser frequentado, majoritariamente, por alunos de licenciatura em CB.

Na volta às aulas presenciais, o grupo se apresentou nos encontros da Semana Zero da Biologia e fez chamada a novos integrantes por meio da impressão e divulgação de cartazes nos principais pontos de movimentação da universidade. Além disso, os encontros foram divulgados pela rede social Instagram - @geincluir (Figura 8), ou por meio do grupo de troca de mensagens Whatsapp (Figura 9).

¹ A partir dessa sessão será utilizada a escrita em primeira pessoa, tendo em vista a elaboração de um RE.

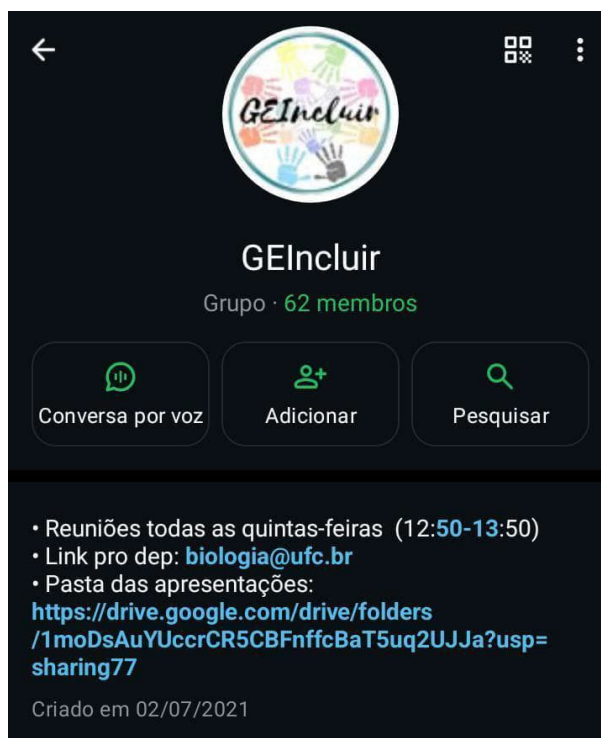
Figura 8 - Captura de tela do perfil do GEIncluir na rede social Instagram.



Fonte: Autoria própria (2025)

No perfil do Instagram é possível divulgar e registrar as atividades realizadas em parceria com outros grupos e projetos da Universidade, como é o caso das oficinas e capacitações ofertadas em 2025.

Figura 9 - Captura de tela do grupo geral do GEIncluir no aplicativo de troca de mensagens Whatsapp.



Fonte: Autoria própria (2025).

Já no grupo de mensagens Whatsapp são repassadas informações semanais sobre os encontros, materiais e disponibilidade dos membros da coordenação. Todos os links são disponibilizados na descrição do grupo e os participantes têm acesso liberado aos sites vinculados e ao espaço de conversa virtual. Dessa forma é possível ter um diálogo constante com os participantes e adequar os encontros às demandas do grupo.

5.1 A realização das atividades planejadas

Apesar do meu envolvimento e dedicação ao grupo serem de longo prazo, a iniciativa para torná-lo tema central do meu TCC só veio após uma viagem para o IX Encontro Regional de Ensino de Biologia (IX EREBIO), em março de 2025. Para esse evento, a equipe coordenadora do GEIncluir produziu pela primeira vez um Relato de Experiência, em conjunto com o professor tutor José Roberto e eu fui a representante do grupo na etapa presencial de apresentação². Foi a partir dessa vivência que decidi dedicar mais um trabalho - e longos nove meses de estudo e escrita - ao GEIncluir.

² O trabalho intitulado “GEIncluir: uma experiência extracurricular na formação de professores” foi apresentado em março de 2025, na Universidade Federal do Delta do Parnaíba - Piauí, durante o IX EREBIO e se encontra disponível no site: <https://publicacoes.sbenbio.org.br/trabalhos/geincluir-uma-experiencia-extracurricular-na-formacao-de-professores/>.

Para os resultados dessa pesquisa, irei destacar o intervalo de observação de abril a dezembro de 2025 (Figura 10), ano em que acompanhei todas as atividades do grupo e sistematizei algumas informações importantes, consciente de que serviriam para esse trabalho, dando destaque às atividades voltadas para a inclusão de PCDs. Ademais, ao fazer uso de um caderno de observação, anotei a frequência dos participantes em cada atividade, ao longo do ano, os desafios enfrentados para realização dessas atividades e a devolutiva do grupo sobre os temas abordados. Nesse contexto, busco transcrever as minhas anotações, em forma de relato.

Sobre a participação dos membros, o grupo teve maior adesão no primeiro semestre do ano, pois contava com a participação integral dos alunos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), além da atuação de seis coordenadores no planejamento das atividades. Nesse período, as reuniões de organização tiveram maior frequência e a devolutiva dos participantes foi mais marcante. Consequentemente, minha atuação no grupo, como coordenadora e observadora participante, foi mais intensa e o gerenciamento de atividades mais proveitoso, porque tive suporte dos meus colegas.

Figura 10 - Captura de tela do perfil do GEIncluir na rede social Instagram (ações de abril-dezembro/ 2025).



Fonte: Autoria própria (2025)

Entre as atividades desenvolvidas em abril, início da minha pesquisa, estavam dois encontros dialogados sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI), em que foi possível apresentar essa modalidade de planejamento. O PEI visa assegurar uma educação de qualidade para estudantes com deficiência (Andrade *et al.*, 2025) e estabelece objetivos de curto, médio e longo prazo, definindo estratégias para monitorar o progresso das ações planejadas (Silva *et al.*, 2022). Nos encontros do GEIncluir, o PEI foi problematizado por se tratar de um instrumento complexo, que envolve características pessoais, sociais e cognitivas do aluno, o que dificulta sua aplicação em salas de aula superlotadas e sem o amparo de outros profissionais para realizar as avaliações necessárias ao prognóstico do aluno. É importante ressaltar que essas discussões possibilitam uma melhor formação inicial docente, como ressaltam Andrade *et al.* (2025, p. 3), “a capacitação dos professores para lidar com as demandas específicas de cada aluno é essencial para a implementação efetiva do PEI”.

Após esses encontros iniciais, alguns participantes trouxeram novas sugestões para o grupo, como a realização de oficinas, palestras, rodas de conversa e até mesmo a iniciativa de um Cine GEI, que tornaria os encontros mais emocionantes e divertidos, com a exposição de filmes, curtas e documentários sobre os temas mais recorrentes.

Nesse contexto, o primeiro Cine GEI contou com a apresentação de um documentário - A Voz de Makayla: Uma Carta ao Mundo³, que traz como protagonista uma jovem estadunidense, autista não-verbal. Muitos participantes foram sensibilizados pela perspectiva em que o documentário é dirigido, através das cartas escritas por Makayla. Esse audiovisual permitiu a discussão sobre as capacidades e limitações das pessoas com TEA, que muitas vezes são subestimadas ou impedidas de atingirem o seu potencial na sociedade. Após um momento de troca de vivências, o grupo refletiu sobre a importância do acompanhamento familiar junto com o atendimento profissional especializado.

A partir de junho de 2025, quando os bolsistas em formação do PIBID iniciaram as regências nas escolas, alguns integrantes deixaram de frequentar os encontros, em decorrência da divergência de horários e essa mesma incompatibilidade foi relatada por alguns coordenadores, que deixaram a organização para atender outras demandas de suas respectivas formações. Apesar da redução no número de participantes, o grupo executou todas as atividades previstas de forma satisfatória.

³ O curta-documentário “A Voz de Makayla: Uma Carta ao Mundo” produzido em 2023 está disponível na plataforma de streaming Netflix e fala sobre uma jovem estadunidense, autista não-verbal, que encontra a sua “voz” para expressar ao mundo os seus pensamentos e emoções.

Em julho de 2025, tive a oportunidade de ministrar dois dias de capacitação para os membros voluntários do Programa de Educação Ambiental Marinha da UFC (PEAM-UFC) (Figura 11), a convite de uma grande amiga e voluntária do projeto. Foi um momento de troca muito enriquecedor, pois conheci a sede do projeto, sua atuação e suas inquietações com o ensino de um público amplo e diverso, ao qual eles têm acesso nas ações de voluntariado. Levei para a apresentação slides, contendo conceitos chave, termos, siglas, definições aceitas e legislação vigente sobre a inclusão de PCDs. Todo o material foi repassado, posteriormente, aos participantes e outros documentos do Drive do GEIncluir foram compartilhados como material extra de apoio, para um estudo contínuo. Assim, percebe-se o potencial do grupo em formar formadores, pois ministrar essa capacitação só foi possível pela minha participação no GEIncluir desde o início da graduação, com vivências e leituras diferenciadas na temática da inclusão escolar.

Figura 11 - Registro fotográfico da roda de conversa sobre práticas inclusivas direcionada para os voluntários do PEAM (julho/ 2025).



Fonte: PEAM (2025)

Ainda nas últimas semanas de julho, foram realizadas reuniões de organização entre os coordenadores do grupo e alunos do Laboratório de Pesquisa em Ensino de Biologia

(LEBIO), que tinham interesse em desenvolver uma oficina de materiais didáticos para os bolsistas PIBID e demais alunos do curso.

Por votação, foi decidido que a oficina seria realizada em agosto - no tão esperado período de férias⁴, pois, somente assim, seria viável ocorrer a preparação teórica e momentos proveitosos de prática. Contudo, apesar do ótimo engajamento dos participantes no período de inscrição, poucos estiveram presentes na realização da atividade (Figura 12). Mesmo assim, a realização da oficina ocorreu conforme o planejado e de forma satisfatória para os envolvidos, sendo possível elaborar novos materiais como os da figura 13 e 14, para contribuir com o acervo do LADEB.

Figura 12 - Registro fotográfico de apresentação, durante a parte teórica da Oficina de Materiais Didáticos (agosto/ 2025).



Fonte: GEIncluir (2025)

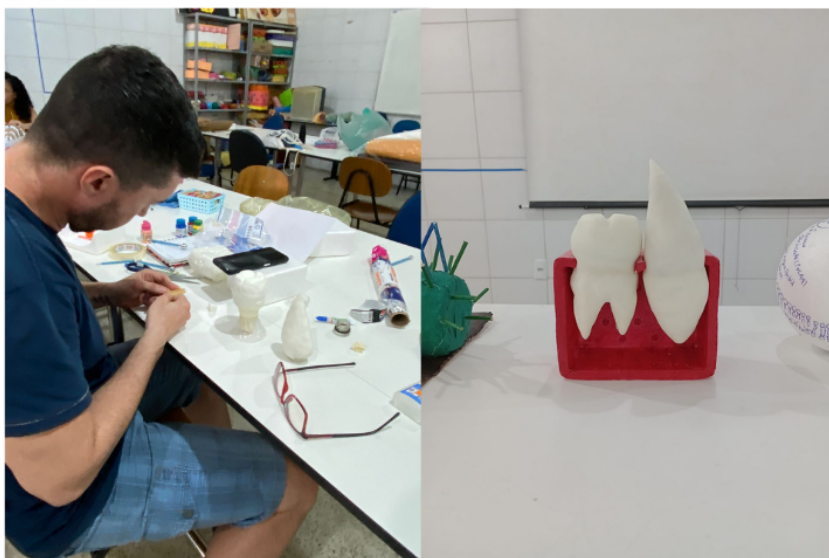
⁴ No ano de 2025 as férias de julho passaram para agosto, por conta da reformulação do calendário após a paralisação dos servidores docentes e técnico-administrativos no início de 2024.

Figura 13 - Registro fotográfico da confecção e resultado de um dos materiais produzidos durante a Oficina - Baleia.



Fonte: GEIncluir (2025)

Figura 14 - Registro fotográfico da confecção e resultado de um dos materiais produzidos durante a Oficina - Dentes.



Fonte: GEIncluir (2025)

Em setembro os coordenadores do grupo acordaram um intervalo nas atividades. Como eu estava responsável pelo planejamento, aproveitei para elaborar um novo cronograma para o segundo semestre letivo e começamos a executá-lo em outubro. Nesse período, eu já

estava na fase de escrita do TCC e como foi destacado na metodologia, a produção do texto conta também com a leitura e fichamento de outros trabalhos, então eu tive que me desdobrar para gerenciar o grupo e a pesquisa. Além disso, a equipe de coordenadores diminuiu.

Com flexibilidade e boa comunicação, foi possível mudar a frequência dos encontros - que passaram a ser quinzenais, realizar mais leituras, trabalhar novas parcerias e organizar atividades guiadas por terceiros, como palestras e novas oficinas.

Para falar sobre o tema “Psicologia na Educação”, já no mês de novembro, convidei uma amiga de longa data, estudante do curso de Psicologia em outra universidade, com experiência na elaboração de laudos clínicos e PEI, para Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dessa forma, foi possível conhecer a importância da atuação do psicólogo no ambiente escolar e retomar a discussão sobre o Planejamento Educacional Individualizado, abordado no início do ano.

Uma das últimas atividades do grupo que consegui acompanhar foi a realização de uma apresentação dialogada sobre os “Paradoxos da Inclusão”, baseada em um artigo de mesmo título redigido por Marques, Lima e Paiva (2022). Nesse encontro, foi possível apresentar contradições que podem acontecer ao “agir para a inclusão”, dentro do contexto social. A fala de um professor amigo, participante do grupo pela primeira vez - e com enorme carinho me lembrarei disso, problematizou a alta especialização dos estudos e profissões nos dias atuais. De fato, as especializações fragmentam as experiências, o convívio e o saber a um nível que segrega as realidades. Por isso, a importância de locais abertos à discussão de temáticas sociais e práticas inclusivas, como o GEIncluir.

Por fim, auxiliei no planejamento de uma Oficina de LIBRAS. O ministrante elaborou toda a ementa e material de apoio, contando com o grupo para a divulgação nas redes sociais e assistência técnica. Infelizmente, não tive êxito em acompanhar essa atividade no dia da sua realização, mas soube que o canal de comunicação do grupo serviu para o alcance do público desejado - estudantes de CB com pouca ou nenhuma experiência em LIBRAS e interesse em práticas inclusivas.

Dessa forma, o GEIncluir manteve certa constância e inovou os temas discutidos com alunos em formação inicial docente, do curso de Ciências Biológicas, no ano de 2025.

5.2 Principais desafios enfrentados pelo GEIncluir

Ao longo da graduação, percebi que as disciplinas ofertadas para licenciatura no curso de CB da UFC, não falavam sobre educação inclusiva e os professores regentes pouco

sabiam sobre as atividades extracurriculares voltadas para esse assunto, como as do GEIncluir. Muitas vezes fiz a divulgação do grupo em meio a aula, aproveitando a abertura de algum assunto para convidar a turma a participar dos encontros, mas poucos aderiram à proposta.

Era perceptível, que os alunos buscavam mais por GEs de áreas específicas da Biologia do que por GEs de áreas da Educação. Alguns dos meus colegas de curso, que participaram ativamente do GEIncluir no início da graduação, no decorrer dos semestres foram migrando para outras áreas de estudo como botânica, zoologia e ecologia, principalmente após a volta às aulas presenciais. Assim, a falta de adesão e a defasagem dos participantes ao longo dos semestres era um dos principais desafios enfrentados pelo grupo.

Vale ressaltar que no curso de Ciências Biológicas da UFC, a carga horária é em regime integral, ou seja, são ofertadas aulas “manhã, tarde e noite”. Assim, para muitos alunos, o horário de almoço - que coincide com o horário de atuação do GEIncluir, tem que render para revisão de conteúdos, realização das atividades do estágio ou simplesmente para descanso - mais do que merecido, necessário.

Nesse sentido, o horário dedicado ao grupo é sufocado pela alta demanda de atividades da graduação. Então, de certa forma, é possível associar a evasão dos alunos à carga horária densa, que dificulta ou impossibilita a participação deles em atividades extracurriculares de formação.

No âmbito da formação docente, o estudo deve ser contínuo - seja em educação inclusiva, educação especial, didática, currículo, metodologias de ensino, psicologia da educação, história da educação, etc. Contudo, sem o diálogo entre essas áreas, os conteúdos podem ficar desconexos da realidade dos estudantes. Para atingir uma educação inclusiva, é necessário romper com os padrões de ensino vigentes, o que requer conhecer diferentes realidades e buscar novas estratégias para abrangê-las. Segundo Mantoan (2003), muitos professores têm resistência à proposta inclusiva, porque se distanciam de certezas que só existem no ensino tradicional, integracionista, como a adoção de um único modelo de aula e avaliação.

Para superar esses desafios seria necessário uma reformulação no currículo, horários e estrutura das disciplinas. A adoção do GEIncluir como parte formadora do PIBID, por exemplo, foi de grande importância para a manutenção do grupo no meio acadêmico e divulgação das suas atividades.

5.3 Contribuições do grupo na minha formação inicial docente

Com a equipe do GEIncluir, trabalhei não só temas educacionais, mas minhas habilidades intelectuais e interpessoais de comunicação, planejamento e organização, como é proposto por Cohen e Lotan (2017). Graças a isso, tenho mais confiança para falar em público, estar à frente de uma equipe e fazer parcerias de estudo/ trabalho, como sugere as reflexões de Rossit *et al.* (2018). Entendo a riqueza e importância de um espaço plural e heterogêneo e busco ser flexível nos meus planejamentos, exercitando, principalmente, a escuta. Na Figura 15, destaco um momento importante: a minha participação como palestrante em um encontro sobre educação antirracista.

Figura 15 - Registro fotográfico em que estou a frente de um encontro sobre Educação Antirracista, como palestrante.



Fonte: GEIncluir (2025)

Ouvir o outro é muito importante no contexto educacional. O professor precisa ouvir o aluno para entender suas dúvidas e saber o que ele traz de conhecimento prévio para as aulas, assim como o aluno deve ouvir o professor em seus novos ensinamentos. Enquanto professores em formação, estamos o tempo todo transitando entre o papel de aluno e professor - na verdade, todos transitam entre esses papéis, durante a vida toda, só é preciso estar aberto ao diálogo e atento na escuta.

Eu sinto que, de certa forma, o GEIncluir me cedeu um lugar na universidade - além de aluna, eu era coordenadora/presidente do Grupo de Estudos em Inclusão, como se

criasse uma identidade, um novo sentido para a minha formação e novas responsabilidades vieram com isso. O grupo foi meu ponto de partida nessa jornada da educação e sei que posso segui-la com maior autonomia. A dinamicidade dos encontros e a ampla gama de atividades desenvolvidas, me preparou para cenários reais em salas de aula, pois além de ideias, eu tenho experiência prática. Esse tipo de formação “inicial e continuada” baseada em cenários reais e socializada com outros profissionais é a da qual fala Mantoan (2003).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho foi possível resgatar alguns marcos históricos da Educação brasileira, evidenciando o contexto em que a Educação Inclusiva foi pensada e os desafios que ela enfrenta para se consolidar na nossa sociedade. Além disso, ao relatar as vivências que tive no Grupo de Estudos em Inclusão da UFC - GEIncluir, durante a minha formação inicial docente, reforço a importância desses espaços para a aprendizagem colaborativa, promoção do diálogo horizontal e aperfeiçoamento profissional na área da educação, corroborando, por exemplo, com a pesquisa de Soares, Nascimento e Falcão (2023), sobre formação inicial de professores e grupo de estudos, alcançando, assim, o primeiro item dos meus objetivos específicos.

De maneira mais objetiva, exponho algumas das problemáticas enfrentadas pelo grupo - atingindo o meu segundo objetivo específico, e proponho a mobilização por parte dos estudantes e membros da coordenação do curso, para solucioná-las ou revisitá-las em futuras pesquisas. Em meio a reformulação de currículo, flexibilização dos horários ou visibilidade do grupo por outros projetos e disciplinas, acredito ser possível melhorar a adesão aos encontros e ampliar o tempo das atividades. A formação de professores deve ser contínua em todas as áreas, por isso o diálogo entre as outras esferas é importante e deve ser proposto em conjunto com a formação inclusiva.

Por fim, ao relatar as contribuições do grupo na minha formação docente - cumprindo o terceiro objetivo específico da minha pesquisa, deixo registrado o espaço que conquistei na universidade com essa atuação e o diferencial que ela me proporciona em sala de aula e outras situações colaborativas. Espero que essa pesquisa possa contribuir para novos estudos, no âmbito da educação inclusiva e incentivar a criação de novos GEs sobre a mesma temática, no meio acadêmico, para aprimoramento da prática docente inclusiva e aprofundamento dos estudos nessa área.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Dolores Fortes; PEREIRA FILHO, Adalberto Duarte; LEITE, Tamires. Breve discussão sobre a história da inclusão no Brasil a luz da complexidade. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (Reid)**, [S. l.], 2019. DOI: 10.17561/10.17561/reid.m4.5. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/4929>. Acesso em: 5 set. 2025.
- ANDRADE, A. S. S. de; PIRES, T. S. J.; VEGA, M. S. R. G.; BATISTA, A. T.; FORMIGA, B. K. C.; PORTO, C. R.; ENEAS, E. L. S.; GOIS, T. Ávila de. PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO E ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 18, n. 6, p. e8768, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n6-027. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8768>. Acesso em: 14 jan. 2026.
- AZEVEDO, Fernando de *et al.* **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932): a reconstrução educacional no Brasil**. Rio de Janeiro, 1932.
- BORGES, Adriana Araújo Pereira; BARBOSA, Esther Augusta Nunes. **Helena Antipoff e a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais: filantropia e ciência em prol dos anormais**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 163-177, dez. 2019. DOI: 10.1590/s0104-59702019000500009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/BY3MK69V3L4dcnfqZTtNwrq/?lang=pt>. Acesso em 15 nov. 2025
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas Faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: editora Wak, 2009.
- CASTRO, José Paulo dos Santos Rosas de; RICARDO, Helena; CASTRO, Rita de Fátima da Silva Rosas de. O MOMENTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO ESPECIAL EM PONTA PORÃ E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL. **Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP**, Aquidauana, v. 2, n. 6, p. 34-50, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/7593>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CAVALCANTE, Maria Suelayne Pedroza; MAIA, Madeline Gurgel Barreto. A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS DE ESTUDOS E DE PESQUISAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 6., 2019, Campina Grande. **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58520>. Acesso em: 13 dez. 2025.

COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A.. Planejando o Trabalho em Grupo: estratégias para salas de aula heterogêneas. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017. ISBN 978-85-8429-102-1.

CORREIA SANTOS, Dilene. Política de inclusão contexto histórico: Inclusion policy historical context. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 1, n. 2, 2024. DOI: 10.51473/rcmos.v1i2.2024.773. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/773>. Acesso em: 20 set. 2025.

DA SILVA, G. L.; CAMARGO, S. P. H.; MELLO, M. P.; COSTA, D. da S. Historical and political context for a purposeful organization and operation of the Individualized Educational Plan for students with disabilities . **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 30, p. (85), 2022. DOI: 10.14507/epaa.30.6708. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6708>. Acesso em: 14 jan. 2026.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. A análise de dados e algumas questões relacionadas à objetividade e à validade nas abordagens qualitativas. In: LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. Cap. 4. p. 53-62.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental**. In: LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. Cap. 3. p. 29-52.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Campinas: Moderna, 2003.

MARQUES, Davi Sampaio; BATISTA DE LIMA, Tereza Cristina; PAIVA, Luis Eduardo Brandão. Paradoxos da Inclusão: para além dos mitos legitimadores do preconceito?. **Revista Organizações em Contexto**, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 183–198, 2024. DOI: 10.15603/roc1835183-198. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/organizacaoesemcontexto/article/view/110>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MARTINS, Ana Gabriele Correia et al. GEINCLUIR: UMA EXPERIÊNCIA EXTRACURRICULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA - NORDESTE, 9., 2025, Parnaíba. **Anais do Encontro Regional de Ensino de Biologia - Nordeste**. Parnaíba: UFDPAr, 2025. p. 1-7 Disponível em:

<https://publicacoes.sbenbio.org.br/trabalhos/geincluir-uma-experiencia-extracurricular-na-formacao-de-professores/>. Acesso em: 15 dez. 2025

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021

PADILHA, Caio Augusto Toledo. **Educação e inclusão no Brasil (1985-2010)**. 2014. 380 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1624716. Acesso em: 20 set. 2025.

ROBAINA, José Vicente Lima *et al* (org.). **FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**. 1. ed. Curitiba: Bagai, 2021. E-Book. DOI: 10.37008/978-65-89499-05-3.05-01-21. Disponível em: <https://doi.org/10.37008/978-65-89499-05-3.05-01-21>. Acesso em: 22 mai. 2025.

ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador et al. Grupo de pesquisa como espaço de aprendizagem em/sobre educação interprofissional (EIP): narrativas em foco. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 1511-1523, 10 jul. 2018. DOI: 10.1590/1807-57622017.0674. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Tz6rCQBRTVLWTnsnJDJH4ms/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SILVEIRA, Aline Machado da; SILVA, Henrique Borges da; MAFRA, João da Silva. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL. **Cadernos da Fucamp**, [S.L.], v. 8, n. 33, p. 126-133/2019.

SOARES, A. C. S.; NASCIMENTO, R. de M. do; FALCÃO, G. M. B. Formação inicial de professores e grupo de estudos: Concepções de acadêmicos para uma educação inclusiva. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. esp.1, p. e023012, 2023. DOI: 10.22633/rpge.v27iesp.1.17931. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17931>. Acesso em: 13 dez. 2025.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9971>. Acesso em: 15 nov. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Biblioteca Universitária, Comissão de Normalização, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2022/05/guianormalizacaotrabalhosacademicos-17.05.2022.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2026.